

V Simpósio Internacional de Didáctica de las Ciencias Sociales en el ámbito Iberoamericano

História para os mais novos?Olga Magalhães¹ & Isabel Barca²**Resumo**

Recentemente foi publicada em Portugal uma coleção de livros, em seis volumes, dirigida a um público infanto-juvenil, que se anuncia como um instrumento “familiar” para a divulgação da História de Portugal. Lançada a um preço apelativo (1€ por volume), “a História de Portugal para os mais novos é uma coleção com ilustrações apelativas, para ser lida e relida em família. E com uma linguagem muito acessível, a pensar nos mais pequenos, que encontrarão nesta coleção uma porta divertida para se apaixonarem pela rica e fascinante História do seu País.” (<http://visao.sapo.pt/historia-de-portugal-para-os-mais-novos=f705665>).

Nesta comunicação pretende-se analisar criticamente a visão da História de Portugal que é transmitida nesta obra, destacando aspetos relacionados com a perspetiva que neles é veiculada, bem como o contributo destas obras de “divulgação” para a criação e/ou manutenção de um conjunto de estereótipos identitários. Simultaneamente, procura-se refletir sobre a escolha dos temas abordados em cada volume (por exemplo, no volume três escolhem-se “Um golpe do destino: A descoberta do Brasil; O destino de um guerreiro: A morte de D. Sebastião; A reconquista da independência: Guerra da Restauração), que pode ser pensada como um currículo “alternativo” aos saberes escolares, reforçando, mais uma vez, uma visão “tradicional” da História de Portugal.

Palavras-chave: Divulgação; currículo escolar; identidade.

Abstract

It was recently published in Portugal a set of books, in six volumes, addressed to a juvenile public, which advertises itself as a "familiar" instrument for the dissemination of the history of Portugal. Launched at an appealing price (1 € per volume), "History of Portugal for the youngest is a collection of appealing illustrations to be read and reread in family. And with a very accessible language, thought for the smaller ones, who will find in this collection a door to

¹ Universidade de Évora/CIDEHUS. E-mail: omsm@uevora.pt

² Prof. Associada c/ Agregação, investigadora do CIED, Universidade do Minho. E-mail: isabar@ie.uminho.pt

fall in love with the rich and fascinating history of their country” (<http://visao.sapo.pt/historia-de-portugal-para-os-mais-novos=f705665>).

This paper aims to analyze critically the view of Portugal's history transmitted by this work, highlighting aspects related to the perspective that is conveyed in it, as well as the contribution of these works of “divulgarion” for the creation and / or maintenance of identity stereotypes. Simultaneously, it tries to reflect on the choice of the topics covered in each volume (eg, in volume three “A twist of fate: The discovery of Brazil; The fate of a warrior: The death of King Sebastian; The regaining of independence: The Restoration war), which can be thought of as an “alternative” curriculum to school knowledge, reinforcing once again a “traditional” vision of Portuguese history.

Keywords: Divulgarion; school curriculum; identity.

Introdução

A publicação da obra “História de Portugal para toda a família”, profusamente ilustrada, distribuída juntamente com uma revista semanal de grande tiragem, a um preço simbólico de 1€ por volume, pode parecer uma boa oportunidade de divulgar a História nacional, de forma acessível, a um público juvenil, certificada pela inclusão da chancela do Plano Nacional de Leitura³. No entanto, a obra aparece sem autor ou ilustrador claramente identificados⁴. Olhando para o plano de publicação seguido, é claramente identificável uma linha cronológica na sequência de organização e publicação de cada volume e da obra no seu global. Ora, esta sequência e, sobretudo, os temas escolhidos para integrarem cada volume, merecem um olhar atento, uma vez que configuram uma “determinação” de um currículo que pode ser contraposto ao currículo escolar formal, inscrito nos programas oficiais de História do ensino básico.

Plano da Obra

A análise de cada volume permite evidenciar algumas linhas fortes do discurso narrativo que é proposto como leitura da História de Portugal.

3 Toda a informação sobre o Plano Nacional de Leitura está disponível em <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/index1.php>.

4 Na capa não há qualquer indicação de autoria de texto ou ilustração e no final de cada volume surge apenas a menção “texto de...” e “ilustração de...”

Assim, o 1º volume estende-se da ocupação da Península Ibérica por povos diversos (“há muito, muito tempo, quando Portugal ainda não era Portugal”, v.1, p.1) até 1385, elegendo como temas “Um país à espera de nascer: Primeiros povos; “D. Afonso Henriques” e “O problema da sucessão”. Aqui cabe uma descrição fantasiosa dos primeiros habitantes da Ibéria (“todos os homens tinham cabelo comprido, que em combate prendiam com uma fita atada na testa, vestiam-se de preto e andavam com um pequeno escudo pendurado ao pescoço” – v.1, p.1) e também uma narrativa sobre formação do reino de Portugal - “a história do nascimento de Portugal tem um saborzinho a lenda e um cheirinho a mito” (v.1, p.15), que atribui uma origem incerta a uma factologia bem documentada e estudada e, ao mesmo tempo, introduz elementos assumidamente lendários (“**Reza a lenda** que durante o cerco foi Egas Moniz que livrou D. Afonso Henriques da raiva do seu primo” v.1, p.19). A narrativa prossegue e também a descrição do “milagre de Ourique” surge como facto comprovado, assente numa tradição – “**conta-se** que no dia anterior ao decisivo confronto [com os Muçulmanos], quando o infante [Afonso Henriques] estava a rezar, apareceu-lhe Jesus Cristo que lhe assegurou a vitória e deu-lhe as quinas” (v.1, p.23).

Neste primeiro volume é ainda abordada a crise de 1383-85 e os episódios que a antecederam, nomeadamente a emergência da peste negra, os amores de Pedro e Inês e as sucessivas guerras com Castela até à escolha do Mestre de Avis, primeiro como Regedor e Defensor do reino (“Era preciso fazer alguma coisa para libertar o país das garras dos castelhanos”, v. 1, p. 44) e depois como rei.

O 2º volume elege como temas “A batalha de Aljubarrota”, “Os descobrimentos” e “A viagem de Vasco da Gama”. Sobressai neste tomo o relevo dado a Nuno Álvares Pereira (“o nosso herói”, v. 2, p. 8) e também à lenda da padeira de Aljubarrota (v. 2, pp. 11-17). Mas as páginas dedicadas aos Descobrimentos revelam toda a nostalgia de um passado dourado e mítico (“Houve um tempo em que Portugal era grande. Houve um tempo em que o nosso nome era ouvido por toda a parte” v. 2, p. 18). Nas páginas seguintes são apresentados os heróis responsáveis pelos sucessos – o infante Henrique, os reis e os navegadores, e são descritas as etapas que culminam com a assinatura do tratado de Tordesilhas, até porque “o sucesso das expedições marítimas portuguesas tinha despertado a inveja de outros países [...e] um dos que cobizavam o nosso sucesso era o reino de Castela” (v. 2, p. 26).

O 3º volume escolhe como temas “A descoberta do Brasil”; “A morte de D. Sebastião” e “O problema da sucessão”. A narrativa pode ser ilustrada pela seguinte passagem: “D. Manuel I quis ter um império, sonhou ser imperador e, mal recebeu o poder, preparou o nosso reino para ser um dos mais poderosos do mundo” (v.3, p.5). Nos diferentes episódios narrados é clara a recuperação de uma visão tradicional da história de Portugal – da sumptuosidade da corte (“as naus chegavam carregadas de riquezas” v.3, p.7), à épica da batalha de Alcácer Quibir, não

esquecendo a tradicional animosidade contra Castela (“Embora longe, as ações de Filipe I depressa começaram a prejudicar o nosso imenso império [...] estávamos a ser arrastados para guerras que não eram nossas, com Castela a emagrecer o nosso exército nas suas disputas com a Inglaterra e a Holanda”, v.3, p.38).

O 4º volume centra-se em “O Marquês de Pombal”, “As invasões francesas” e “A revolução liberal de 1820”. O retrato do Marquês de Pombal oscila entre o elogio à sua ação após o terramoto de 1755 e a reprovação da perseguição aos seus inimigos (“Mas nem só a fidalguia foi alvo do ódio do marquês”, v.4, p.13). Também a descrição das invasões francesas segue a tradição (“mas esta não foi a maior maldade de Junot”, v.4, p.24) e a revolução de 1820 surge descrita como a inevitável consequência da ausência da corte e da presença inglesa (“havia mesmo quem pensasse que o general Beresford era o novo rei. Aliás, ele próprio estava convencido disso”, v.4, p.32).

Já o 5º tomo elege os marcos “5 de Outubro de 1910”, “Estado Novo” e “Guerra do Ultramar”. A revolução republicana é descrita como consequência de uma progressiva degenerescência da monarquia e que beneficiou de um conjunto de equívocos e acasos. Embora não conste dos marcos identificados, este o volume retoma a narrativa tradicional sobre a 1ª República Portuguesa, sublinhando a instabilidade governativa e identificando-a como o grande motivo para o golpe militar que haveria de conduzir ao Estado Novo. O papel e funções de Salazar são abundantemente descritas, sublinhando-se a sua progressiva conquista de poder político e a criação de mecanismos de controlo da sociedade portuguesa (“os portugueses deixaram de ter liberdade para falar sobre o que se passava no país. Quem arriscava era perseguido, torturado e preso”, v.5, p.26). A guerra colonial é justificada pelos desejos independentistas dos povos africanos, compreensíveis porque “pouco ou nada fizemos para que os negros estivessem satisfeitos com esta situação de dependência” (v.5, p.37) e foi “uma experiência muito traumatizante” (v.5, p.41).

Finalmente o 6º volume salienta dois temas – “Revolução dos cravos” e “Entrada na União Europeia. A primeira é objeto de uma descrição detalhada para concluir que “tinha morrido o Portugal que todos conheciam” (v. 6, p.5-15). No entanto, “a verdade é que muita coisa correu mal depois da Revolução dos Cravos mas, apesar disso, a democracia conseguiu sobreviver a todos obstáculos” (v. 6, p.19). O volume explica depois a história da União Europeia e a importância da integração de Portugal, até porque “hoje, em pleno século XXI, a missão da UE não mudou muito. Continuamos a tentar assegurar a paz, a segurança, a prosperidade e a estabilidade das nossas populações, ao mesmo tempo que procuramos promover o nosso desenvolvimento económico e social” (v. 6, p.32). Este volume inclui ainda um conjunto de biografias de alguns personagens da História de Portugal, considerados

particularmente relevantes e uma bibliografia geral. Em cada volume está presente um “glossário”.

Comentário Crítico

A narrativa aqui apresentada privilegia heróis e atores individuais, sobre quem recai a responsabilidade (ou a sorte, ou o azar) de conduzir os destinos nacionais. Evidencia uma sequência cronológica, quer dentro de cada volume, quer no plano geral da obra, embora essa narrativa se estruture em torno, ou a propósito, de episódios ou acontecimentos que a autora considera mais relevantes e que são descritos de forma detalhada, perdendo-se por vezes o fio cronológico.

Registe-se a importância atribuída a determinados personagens que surgem como heróis (mas por vezes também como vítimas, como é o caso dos marqueses de Távora ou do rei D. Carlos). Relativamente a estes personagens, o texto sublinha os traços positivos ou negativos que, para a autora, os caracterizam. Disso são exemplo as seguintes passagens: “o que [os castelhanos] não sabiam é que Portugal contava com a **bravura** de Nuno Álvares Pereira para se defender” (v.2, p. 6), “só que Afonso de Albuquerque era **ambicioso** e quis ir mais longe” (v. 3, p.10), “embora **cruel**, o ministro [marquês de Pombal] foi um autêntico **reformador**” (v. 4, p.15), “o novo ministro das Finanças [Salazar] estava **determinado** a resolver a nossa crise” (v. 5, p.22). Fracos ou fortes, bondosos ou cruéis, atentos ou despreocupados, pacíficos ou beligerantes, são os personagens que conduzem a ação e constroem o devir histórico.

A qualidade da informação contida na obra nem sempre é assegurada, como fica claro quando, por exemplo, se afirma que “**alguns generais**, vendo que nada tinha melhorado ao fim de mais de doze anos de luta em terras do Ultramar, decidiram formar o Movimento das Forças Armadas (MFA) e começaram a preparar um golpe militar” (v. 5, p.45).

De uma forma geral, predomina uma visão tradicional da História de Portugal, que mitifica alguns períodos históricos (fundamentalmente a fundação da nacionalidade e a época das Descobertas), consagra inimizades tradicionais (Castela é um dos alvos mais citados) e não esquece temas como o sebastianismo.

Não cabe aqui uma análise detalhada da linguagem utilizada, mas importa referir que os textos tendem a utilizar um estilo coloquial, embora não se furtem à utilização de algumas expressões mais elaboradas que, normalmente, surgem depois explicados no glossário final.

Por vezes surgem nos textos remissões para fontes, como é o caso da Crónica de D. Fernando ou dos Lusíadas, identificadas por uma mancha gráfica diferente. Mas a mesma mancha é utilizada para, por exemplo, o “diário de bordo fictício de Vasco da Gama”, não sendo claras, para o leitor jovem, as diferenças entre ambas.

Comparando o plano desta obra com o currículo do 5º e 6º anos de escolaridade, aqueles em que o estudo da História se centra na história nacional e que são frequentados pelo público-alvo desta publicação (jovens com idades entre os 9 e os 11 anos), pode constatar-se alguma sobreposição relativamente ao tema “Portugal no passado”. De acordo com o programa, pretende-se com este tema “estabelecer um quadro de referências que contemple os principais períodos e momentos da história nacional” (DEB, 1999, p. 78), com recurso a um tratamento abreviado de episódios e ou personagens e também ao aprofundamento de períodos cronológicos mais amplos. Para tal são selecionados núcleos temáticos que, embora organizados numa sequência cronológica, se centram em momentos chave (por exemplo, Portugal no século XIII ou 1820 e o triunfo dos liberais).

O programa sublinha a importância dos contextos para a compreensão das ações individuais⁵, antecipando de alguma forma o relevo que a investigação em educação histórica tem vindo a conceder a conceitos chave como continuidade e mudança. De facto, o programa sublinha a necessidade de conciliar um conhecimento factual aprofundado com a compreensão dos contextos (Baildon, 2013; NRC, 2005), enquanto instrumento de produção de conhecimento utilizável. Esta preocupação está expressa quer na estrutura programática quer nas sugestões metodológicas apresentadas que indicam a necessidade de “uma metodologia centrada no aluno, conferindo-lhe um papel essencialmente activo” (DEB, 1999, p. 93).

O mesmo não sucede na obra em apreço, na qual, como já se afirmou, a narrativa se centra nas qualidades/defeitos dos personagens, quase sempre vistos como os verdadeiros motores da história.

Conclusão

Embora seja de saudar a preocupação com a divulgação da história nacional, seria desejável que obras desta natureza fossem se não produzidas, pelo menos supervisionadas, por especialistas que pudessem assegurar a sua qualidade científica e educativa, evitando alguns lugares comuns e a persistência de alguns mitos. Seria também importante que a chancela do Plano Nacional de Leitura fosse mais criteriosamente atribuída, uma vez que, para pais e educadores, essa chancela constitui um sinal de qualidade.

⁵ Importa referir que o programa em vigor foi aprovado em 1991, na sequência da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) e espelha, naturalmente, as concepções historiográficas e didáticas da época em que foi produzido. Por outro lado, deve também lembrar-se o carácter prescritivo dos programas escolares.

Referências

Almeida, P. (2013): *História de Portugal para toda a família*, Edição e Conteúdos, s/l.

Baildon, R. (2013): The Notables: Making Significant Historical Personalities Come Alive, *HSSE Online* 2(1) 6-15.

DEB – Departamento de Educação Básica (1999): *Organização Curricular e Programas. 2º Ciclo. História e Geografia de Portugal*. Editorial do Ministério da Educação, Lisboa.

NRC – National Research Council (2005): *How students learn: History in the Classroom*, The National academies Press, Washington D. C.